

O *modus operandi* do historiador: exercício interpretativo de um estilo historiográfico

ARRISETTE C. L. COSTA*

Desde a década de 1970, dá-se por parte dos historiadores uma intensificação das reflexões epistemológicas no campo do conhecimento histórico, com um caráter de inovação paradigmática no tocante à escrita da história. Para o historiador italiano Carlo Ginzburg, a escrita deve ser reveladora da pesquisa, capacitando o leitor a fazer seu próprio julgamento dos resultados: “[...] a escrita histórica deveria aspirar à democracia, ou seja, tornar possível a verificação dos enunciados de fora e que o leitor seja uma parte não apenas das conclusões alcançadas, mas também do processo que levou a elas.” (GINZBURG, 2005: p. 10). Esta declaração instigou-me a propor uma interpretação hermenêutica da narrativa na obra¹ *O Queijo e os Vermes, 1976, para* desvelar-lhe a artesanaria, ou seja, os processos de construção do trabalho do historiador. Ela foi selecionada como fonte de estudo devido a sua inusitada influência nas mudanças de rumo da historiografia, a partir dos anos de 1970. Trata-se da biografia do moleiro Domenicco Scandella, um “moleiro dos domínios de Veneza, no norte da Itália” (QV, 1987: 235), que foi perseguido e queimado pela Inquisição, por ordem do Santo Ofício, no final do século XVI. Seu autor, o historiador Carlo Ginzburg foi notabilizado por ter descortinado, com esta obra, uma maneira inovadora de escrever a história. Sua recepção extrapolou os limites de leituras por apenas um círculo específico de historiadores, como também por um amplo leque de leitores não-especialistas.²

Frente a este seu *status* emblemático, pressuponho que a escrita da narrativa de *O Queijo e os Vermes* é portadora de um *estilo* historiográfico denotativo de uma identidade narrativa híbrida: a biográfica, que possui uma dupla inscrição: a histórica e uma inscrição *literária*. Estas dimensões estão imbricadas numa mesma *tecné*, num

* Doutora em História. Professora Adjunta do Curso de História da Universidade Federal de Alagoas.

¹ Entendida como um discurso, sede de um trabalho de composição, de disposição e de elocução (categorias da Poética e da Retórica) que constitui uma totalidade. No decorrer do texto, usarei a abreviatura QV para indicar as citações extraídas de *O Queijo e os Vermes*, edição de 1987.

² Há traduções em japonês, português, inglês, sueco, estoniano, alemão, albanês, francês, holandês, polonês, servo-croata, húngaro, grego, turco, russo, romeno, theco e coreano.

mesmo *modus operandis* histórico e gráfico: o *estilo*, no qual um mesmo lance escritural expressa e firma uma “verdade”. Portanto, o estilo historiográfico³ de sua narrativa biográfica revela-se como um modo de atestação que apresenta uma dupla função: a evocativa/remissiva (rastros, testemunho) e a autenticatória (prova). (GAY, 1990; KOLLERITZ, 2004). A hipótese deste estudo é eminentemente de caráter demonstrativo e comprobatório desta dupla inscrição.

O instrumental cognitivo que possibilitou tornar visíveis os procedimentos narrativos codificadores do estilo historiográfico foi inspirado pela hermenêutica ricoeuriana. Para Paul Ricoeur, a tarefa da hermenêutica consiste em reconstituir uma dupla tarefa do texto: a dinâmica interna que preside a estruturação da obra e a capacidade da obra para projetar-se fora de si mesma e dar lugar a um mundo. O seu modelo hermenêutico fundado no conceito de *mimese*⁴ remete a convicção de que o discurso quer, em todos os seus usos, levar à linguagem uma experiência, um modo de viver e de estar no mundo, que o precede e pede para ser dito. A esse empenho ontológico descritivo da referência dos enunciados narrativos, acrescenta uma precisão analítica: uma operação mediadora que comporta três momentos: *mimese* I (pré-configuração), *mimese* II (configuração) e *mimese* III (reconfiguração).

A pré-figuração constitui o momento da pré-compreensão do que ocorre com o agir humano: com sua semântica⁵, com sua simbólica⁶, com sua temporalidade.⁷ Ele fornece um *contexto de descrição* do campo de ação. As ações humanas compreendem fins, motivos, agentes, circunstâncias, interações etc. “*Dominar a trama conceitual no seu conjunto, e cada termo na qualidade de membro do conjunto, é ter a competência que se pode chamar de compreensão prática*”. (RICOEUR: 1994: tomo I, p. 89), o que confere à ação uma primeira *legibilidade*, pois fornece as regras da significação em

³O estilo comportando duas acepções: o estilo profissional: hábitos de pesquisa e de apresentar provas, postulados, afinidades intelectuais, e o estritamente literário, que compreende o manejo das frases, de figuras retóricas, ritmo de narração etc.

⁴A “*mímeses*”, correspondência ontológica entre a experiência e o que a nomeia, uma forma original do pensamento humano, pelo qual ele evoca a realidade, o cotidiano, a práxis, apresenta-se como um meio para decifrar as correspondências entre o texto literário e o social.

⁵Derivação do estudo da relação de significação nos signos e da representação dos sentidos dos enunciados.

⁶Para a formulação deste conceito, Paul Ricoeur diz aproximar-se da acepção das formas simbólicas de Cassirer em *Filosofia das formas simbólicas*, para quem “*as formas simbólicas são processos culturais que articulam a experiência inteira.*”

⁷Os traços sintáticos operam como que uma articulação entre ritmos temporais e linguagem.

função das quais condutas e práticas sociais podem ser interpretadas. É assim que o historiador Carlo Ginzburg dá início à investigação do caso Menocchio, tendo como intento a decifração de um enigma: a cosmogonia do seu biografado, segundo a qual o mundo tinha sua origem na putrefação:

Eu disse que segundo meu pensamento e crença tudo era um caos, isto é, terra, ar, água e fogo juntos, e de todo aquele volume em movimento se formou uma massa, do mesmo modo como o queijo é feito do leite, e do qual surgem os vermes, e esses foram os anjos. A santíssima majestade quis que aquilo fosse Deus e os anjos, e entre todos aqueles anjos estava Deus, ele também criado daquela massa, naquele mesmo momento, e foi feito senhor com quatro capitães: Lúcifer, Miguel, Gabriel e Rafael. (QV, p. 46).

Para o historiador, a questão era: o que esta declaração havia significado para o seu declarante? Qual o significado histórico de tal formulação encontrada nos Arquivos de Udine? Para esclarecer um caso “raro”, como o de Menocchio, ou seja, para se precaver do risco de cair no anedotário, inventaria os traços semânticos que reconduzem a uma cultura camponesa comum, através das semelhanças morfológicas dos seus traços culturais. E o faz por meio da abordagem micro-analítica que possibilita a conceitualização, o pôr em dúvida a noção de regularidade evolutiva, de reintrodução do provável, quando não o aleatório, nas sucessões temporais. (GRIBAUDI, In: REVEL, 1998: p. 139). Segundo Paul Ricoeur, o modo como determinada situação histórica deve ser pré-configurada depende da sutileza com que o historiador harmoniza a estrutura específica do enredo: a vida de Menocchio com o conjunto de eventos e circunstâncias (a invenção da imprensa, a Reforma Protestante, a Contrarreforma, a Cultura oral) aos quais deseja conferir um sentido particular. Portanto, trata-se, essencialmente, de uma operação integradora. A escrita vai dando corpo significante aos eventos, e os eventos se articulam em um lugar que é o espaço (Europa pré-industrial) - tempo narrativo (século XVI).

A pesquisa sobre Menocchio teve início no Archivio della Curia Arcivescovile di Udine.⁸ As fontes examinadas pelo historiador Carlo Ginzburg foram: as fontes primárias - dois processos abertos contra Menocchio, distante quinze anos um do outro;

⁸A esse, somam-se outros arquivos consultados: Archivio della Curia Vescovile di Pordenone, Archivio di Stato di Modena, Archivio di Stato di Pordenone, Archivio Secreto Vaticano, Archivio di Stato di Venezia, Biblioteca Comunale di Udine, Biblioteca Governativa di Lucca.

documentos contendo indicações sobre suas atividades econômicas, sobre a vida de seus filhos; algumas páginas escritas por ele mesmo e uma lista parcial de suas leituras. Graças a essa farta documentação e a uma investigação que é, ao mesmo tempo, qualitativa e exaustiva, o autor tem condições de descrever suas características, atividades, saber quais eram as leituras e discussões, pensamentos e sentimentos: temores, esperanças, ironias, raivas e desesperos de Domenico Scandela. O pesquisador serviu-se de fontes escritas, caracterizadas como indiretas, devido ao fato de serem “*em geral, de autoria de indivíduos, uns mais outros menos, abertamente ligados à cultura dominante*” (QV, p. 18) que “*chegam até nós através de filtros e intermediários que os deformam.*” (QV, p. 18). Para decifrá-los, o historiador desembaraça o emaranhado de fios que formam a malha textual. Em meio ao labirinto documental, para não perder-se dentre aproximadamente dois mil processos de julgamento da Santa Inquisição, ocorridos na região do Friuli, o historiador tem como problema selecionar, na massa dos dados disponíveis, casos relevantes e significativos. A história de Menocchio, por exemplo, só é significativa porque é um caso-limite. E o que norteia esta representatividade do caso-limite é uma hipótese. A investigação que, no início, girava em torno de um indivíduo aparentemente fora do comum, acabou desembocando numa hipótese geral sobre a cultura popular – e, mais precisamente, sobre a cultura camponesa - da Europa pré-industrial, numa era marcada pela difusão da imprensa e a Reforma protestante:

Qual a relação entre uma cosmogonia como a de Menocchio – o queijo primordial do qual nascem anjos – e a Reforma? [...] É melhor imputá-las, por enquanto, a um substrato de crenças camponesas, velho de muitos séculos, mas nunca totalmente extinto. (QV, p.70).

A formulação de hipótese(s) se dá por meio do contato do historiador com os documentos, embora fartos, fragmentários e deformados, provenientes quase todos de “arquivos da repressão”. Desde a identificação do objeto e sua importância, a elaboração das categorias analíticas, os critérios da prova, até os critérios por meio dos quais se transmitem ao leitor os resultados obtidos, a investigação não é homólogo passivo do objeto e, sim, o resultado de uma experimentação controlável, renovável,

modificável, em função dos parâmetros escolhidos e de pontos de vista particulares. Considerando que as fontes históricas têm lacunas, vazios e espaços indeterminados, o historiador os preenche com condicionais, com advérbios que não são senão conjeturas. O historiador faz uso do exercício de imaginação criadora a partir dos “rastros”, “indícios” e “vestígios”, e dos recursos culturais que os camponeses dispunham para organizar suas vidas, identidades, cumplicidades e resistências, através de um procedimento metodológico comparativo do que é convergente e do que é irreduzível a uma influência mais contextual. (QV, p.12).

A exploração de encadeamentos prováveis ou necessários se realiza através do juízo de *imputação causal singular*, que induzirá a escolha do significado histórico do acontecimento tornado tema da história: a biografia intelectual do moleiro Menocchio. Carlo Ginzburg realiza uma recolha de fatores hipotéticos que são os “quadros” das cenas. Na primeira, analisa a influência do movimento anabatista; na segunda, avalia o impacto provocado pela Reforma protestante. O que distingue a marca da cientificidade dessa montagem é a explicação por *imputação causal singular*, que “*resulta da aplicação à avaliação comparada das causas, da teoria da ‘possibilidade objetiva’*”. (CARVALHO, 1998: p. 138). Essa teoria da “causalidade graduada” visa atribuir graus de probabilidade, que regulam a determinação da causalidade. Estas gradações variam entre um limiar inferior (causalidade acidental) e um limiar superior (causalidade adequada). E, para não materializarmos os acontecimentos em si, devemos estar atentos ao fato de que “*a objetividade das probabilidades pertence ao juízo de possibilidade*”. (CARVALHO, 1998: p. 265). Carlo Ginzburg levanta-as, problematiza-as e, após as evidências ou indícios analisados passo a passo, elimina-os. No parágrafo abaixo, contendo as três hipóteses e/ou cenas, pode-se observar a montagem/construção em abismo ou graduada, que passou pela análise criteriosa de suas probabilidades:

[...] as afirmações de tom radical feitas por Menocchio não serão explicadas se remetidas ao anabatismo, ou, pior ainda, a um genérico “luteranismo”. Antes, devemos nos perguntar se elas não fazem parte de um ramo autônomo de radicalismo camponês que o tumulto da Reforma contribuíra para que emergisse, mas que era muito mais antigo do que a Reforma. (QV, p. 70).

Pois bem, depois que o historiador dá as razões pelas quais considera tal fator, mais que tal outro, como causa suficiente de tal curso de acontecimentos, confere a um determinado fator o seu estatuto de causa suficiente: “*É melhor imputá-las, por enquanto, a um substrato de crenças camponesas, velho de muitos séculos, mas nunca totalmente extinto*” (QV, p. 70), para, então, submetê-lo à comprovação no âmbito do juízo de possibilidade. E o faz utilizando a analogia entre a coagulação do queijo e a condensação da nebulosa destinada a formar o globo terrestre. Analogia que reproduzia mitos antiquíssimos sobre a origem do cosmo, “*mencionados já nos Veda*” (QV, p.126). Sua objetividade indica que “o seu argumento”⁹ constitui a estrutura lógica do conhecimento histórico, ou seja, como expressou Max Weber, “*o sólido esqueleto da imputação causal*” (WEBER, apud RICOEUR, 1994: tomo I, p. 265). A seleção é, comumente, orientada pelo interesse do historiador “*numa certa classe de resultados*” (WEBER, apud RICOEUR, 1994: tomo I, p. 264), conferindo-lhe importância, ou para “*construir cursos alternativos de acontecimentos, entre os quais o acontecimento do qual se avalia a importância produz a decisão*” (WEBER, apud RICOEUR, 1994: tomo I, p. 264). Enfim, a escolha daquele avaliado como o mais importante dentre os arrolados:

[...] um substrato de crenças camponesas, velho de muitos séculos, mas nunca totalmente extinto [que a] Reforma, rompendo a crosta da unidade religiosa, tinha feito vir à tona, de forma indireta, tal substrato; a contra-Reforma, na tentativa de recompor a unidade, trouxera-o à luz, para expulsá-lo. (QV, p. 70).

Carlo Ginzburg vê mais proximidade entre o universo cultural de Menocchio e dos Vedas que entre o moleiro e seus contemporâneos. Não se trata de uma explicação trans-histórica, mas uma possibilidade no interior do campo das “*relações e migrações culturais*” (QV, p. 126/7). Pra construir as consequências que se espera da suposta supressão de um dos fatores, devem-se inserir no raciocínio as “*regras da experiência*”, ou seja, um saber disposicional que é um saber do tipo nomológico (RICOEUR, Paul.

⁹Paul Ricoeur define o argumento como a operação que efetua uma síntese entre elementos discordantes permitindo, assim, chegar a uma conclusão inteligível.

op. cit. p. 264). As “regras da experiência” concernem às maneiras que os homens do século XVI, homens como Menocchio, teriam de reagir “culturalmente” a determinadas situações conjunturais. Esses aspectos são concebidos como uma espécie de “facetas culturais” de uma sociedade particular, em última instância a caracterizam. Essas facetas deixam-se relacionar ao fenômeno cultural global em virtude de um traço notável deste, a saber, que é constituído por um feixe de instituições e de poderes cuja *densidade indefinida* se presta a investigações de escala variável, ao modo dos mapas geográficos.

A noção de cultura recobre todas as aquisições oriundas de uma criação social e implicadas no uso individual, que são transmitidas por uma tradição, como por exemplo, a linguagem e as técnicas. Aliás, foi o que forneceu ao historiador uma rede ampla e fina de fatores heterogêneos e significativos para serem decifrados e trançados como elos da cadeia de causalidades históricas. A leitura das leituras de Menocchio: lacunares, deformadas pela memória e intrincada por desvios, erros de interpretação, lapsos; os filtros que, inconscientemente, foram interpostos entre ele e as páginas impressas que o fizeram enfatizar certas passagens e ocultar outras, exagerando o significado de algumas palavras, isolando-as do contexto, mastigando-as, triturando-as e transformando-as. A descrição e a reconstrução detalhada das leituras de Menocchio, realizada ao nível da pesquisa, são expostas narrativamente para o leitor, em suas sucessivas (re)elaborações, utilizando-se de analogias que contribuem para preencher as lacunas do acontecimento que deseja reconstituir.

O fenômeno sociocultural exige uma análise e o trabalho de reconstrução, já que a trama de eventos tem a propriedade de constituir uma série indefinidamente densa – propriedade que permite todas as mudanças de escala. A essas mudanças de escala, correspondem graus igualmente variáveis na análise estrutural ou funcional (economia, ideologia, cultura). Essa reconstrução pode seguir dois caminhos: um que acentue a continuidade temporal – o da análise longitudinal ou diacrônica – e um que acentue as discordâncias – o da análise concomitante ou sincrônica, encorajando o esfacelamento da história geral em histórias especiais. O historiador, na mesma medida em que utiliza em seus trabalhos a noção de longa duração, utiliza, também, a de conjuntura e de acontecimentos-ruptura - inclusive, defende que essas noções não são excludentes e podem ser convergentes, mas, adverte-nos, alcançar essa convergência não é nada fácil,

uma vez que, por aí, se depara com problemas de método e de narrativa. O historiador desnaturaliza o acontecimento-objeto e o re-arranja em uma “constelação monádica”, revolvendo a ideia de totalidade histórica definitiva, mas construída narrativamente: “*Menocchio é nosso antepassado, mas é também um fragmento perdido, que nos alcançou por acaso, de um mundo obscuro, opaco, o qual só através de um gesto arbitrário podemos incorporar à nossa história.*” (QV, p. 34). Carlo Ginzburg declara que, desde a década 1960, busca pautar suas análises a partir dessa convergência, aliada a uma preocupação originada dos seus esforços no sentido de abordar “*a história política de maneira mais ampla*” (GINZBURG, In: VENANCIO, 1990, p. 5).

Por sua vez, essas unidades de natureza integrativa compreendem uma multiplicidade de “índices” – que concernem ora às caracterizações descritivas dos personagens, relativas às suas identidades, às suas ações, aos caracteres, sentimentos, fantasias, aspirações, hábitos, ideias e valorações, ora às informações, seja para denominar, seja para situar no tempo e no espaço nome, datas, atividades profissionais, condições econômicas, posição social, nível escolar, relações de parentesco, relações sociais, alianças e adversários, conflitos e confrontos, negociações. São constituídos por uma miríade sucessiva de micro acontecimentos ou incidentes individuais e/ou coletivos – considerados os episódios da trama, postos em série cronológica balizada pelos acontecimentos mais relevantes da existência do moleiro Domenicco Scandela: nascido em 1532, denunciado em 1583, submetido ao primeiro interrogatório pela Inquisição em 07 de fevereiro de 1584 e a outros subsequentes em 16 e 22 de fevereiro, 08 de março, 01 de maio. Libertado em 18 de fevereiro de 1586; em 1599 é submetido a outro interrogatório, para, enfim, ser condenado e executado em 1601.

A técnica de montagem das cenas é considerada por Carlo Ginzburg como um elemento construtivo em estudos históricos. A técnica da montagem ou *mise en scène* é utilizada para a composição da intriga e orientada pela noção de síntese compreensiva ou juízo sinótico (RICOEUR, 1994: tomo I, p. 104) que consiste em “*compreender o que converte amontoados de acontecimentos em encadeamentos*” (RICOEUR, 1994: tomo I, p. 124). A técnica da montagem põe em cena os encadeamentos operados pela sequencialidade de itens temáticos (unidades narrativas mínimas) que não obedecem a nenhum princípio continuísta, mas ordenam-se, através de uma lógica que tem como princípio as conexões da vida do moleiro Domenicco Scandella em consonância com

dois grandes eventos históricos: a invenção da imprensa e a Reforma Protestante. A biografia do moleiro Domenicco Scandella é moldada por três cenas narrativa básicas: primeira cena: equilíbrio - caracterização dos personagens e/ou entidades e a disposição dos mesmos no contexto geográfico, temporal, social e cultural; segunda cena: desequilíbrio - as peripécias (a delação, o interrogatório, as ideias, os conflitos ideológicos, as relações de poder, os combates discursivos e suas significações); terceira cena: restauração do equilíbrio (negociações e o trágico fim). No interstício dessa vida, são apreendidos e encadeados os mais diversos, dispersos e heterogêneos fatores, contingências e peripécias e que vão constituir o que Paul Ricoeur chama de armação da intriga, que consiste numa operação que conjuga o evento e a forma. De maneira que o trabalho de contextualização múltipla tem como premissa:

[...] em primeiro lugar, que cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos - e, portanto, se inscreve em contextos - de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global.
(RICOEUR, 1994: tomo I, p. 28).

Versão que duvida da lógica majoritária do poder e da eficácia global dos seus aparelhos e autoridades, investindo no inventário dos modos como estão “[...] retranscritas, em contextos indefinidamente variáveis e heterogêneos, as injunções do poder.” (RICOEUR, 1994: tomo I, p. 29). Assim é possível obter-se uma configuração diferente das relações possíveis de uma certa cartografia social.

Nessa perspectiva se coloca a experiência narrativa biográfica de *O queijo e os vermes*, ao expor em série os micro-episódios que comportam uma vida e que são as partes enumeradas e tematizadas em 62 itens, com múltiplas denominações lexicais. Estas unidades narrativas mínimas constituintes do conjunto integrativo foram eleitas tendo, por critério, sua funcionalidade enquanto unidades sintáticas que são unidades de conteúdo ou de significação. O que assegura essa justaposição da cadeia de acontecimentos sucessivos, articulados e encadeados um ao outro, é um liame verbal, a palavra. Toda a narrativa de *O queijo e os vermes* foi tecida a partir dos efeitos provocados pela retórica de Menocchio. A estrutura narrativa de *O queijo e os vermes* é caleidoscópica, uma construção retórica em abismo como que em fidedignidade ao

discurso de Menocchio: compósito de vozes e lugares heterogêneos, colagem de ideias e reelaborações originais girando em torno da necessidade de falar, “*Falar muito contra os superiores*”. Os discursos de Menocchio expressam uma inesgotabilidade de sentidos, cujas virtualidades históricas e literárias permitiram ao historiador Carlo Ginzburg ver a emergência de:

[...] um estrato cultural profundo, tão pouco comum que se torna quase incompreensível. Este caso, diferentemente dos outros examinados até aqui, envolve não só uma reação filtrada pela página escrita, mas também um resíduo irredutível de cultura oral. Para que essa cultura diversa pudesse vir à luz, foram necessárias a Reforma e a difusão da imprensa. Graças à primeira, um simples moleiro pôde pensar em tomar a palavra e expor suas próprias opiniões sobre a Igreja e sobre o mundo. Graças à segunda, tivera palavras à sua disposição para exprimir a obscura, inarticulada visão de mundo que fervilhava dentro dele. (QV, p.127).

O momento da reconfiguração marca a intersecção ente o mundo do texto e o mundo do ouvinte ou do leitor que se assemelha à noção de “fusão de horizontes”, pressupondo para os atos de discurso, em geral, um referente contemporâneo de seu caráter de acontecimento e de seu funcionamento dialogal, que ambiciona “*levar à linguagem e partilhar com outro uma nova experiência*”.¹⁰ Não há horizonte fechado, pois podemos nos transportar para outro ponto de vista e para outra cultura. “[...] *não há horizonte único, pois a tensão do outro e do próprio é insuperável.*” (RICOEUR, Paul. 1990: p. 115). É o autor que conduz a estratégia da leitura. A teoria da leitura inclui-se no campo da retórica – entendida como “*as técnicas pelas quais uma obra se torna ‘comunicável’.*” (RICOEUR, 1990: p. 278). O que se aplica ao historiador Carlo Ginzburg, para quem o ato de escrever é algo que está profundamente relacionado ao ato de comunicar algo a alguém. O referido historiador expressa uma intensa preocupação em controlar as leituras, de ser obcecado pela pontuação porque ela infere a certo modo de perceber e sentir o texto – o que aponta para a cuidadosa seleção de

¹⁰ Segundo Paul Ricoeur, este conceito dialético procede de uma dupla recusa: a do objetivismo, segundo o qual a objetivação do outro se faz no esquecimento do próprio; e a do saber absoluto, segundo o qual a história universal é susceptível de articular-se num único horizonte.

elementos sintáticos e semânticos da língua. É justamente no interior da *práxis* historiográfica que se efetiva uma síntese, aparentemente antinômica, entre história e literatura, visto que se utiliza de um mesmo princípio: a imaginação para a (re)criação das experiências humanas nos tempos, a fim de alcançar o "que um dia poderia ter sido" e contá-las, não mais através de convenções linguísticas opostas, mas confluentes. As conjecturas sobre os seres humanos, inspiradas pela imaginação moral são representadas no discurso histórico através de figuras de linguagem ou tropos denominadas de: metafóricas, metonímicas, alegóricas, paródias, ironias, sarcasmo, analépticas, prolépticas e antíteses, antífrase, imprecisão, prosopopéia, hipérbole.

E a reação dos leitores não é um fenômeno aleatório. Está relacionada com o fato de o ato da leitura ser o vetor da aptidão da intriga de modelar a experiência, pois que ele retoma e conclui o ato configurante. Os traços que sublinham a resposta do leitor à estratégia de persuasão do texto são os traços que sublinham o caráter dialético do ato de leitura. Em *O queijo e os vermes*, a “ironia” da coincidência entre os dois processos de leitura: o de Menocchio e o de seus próprios leitores (de Carlo Ginzburg) é apontada como “*precisamente um estudo do mesmo processo – as adoções do próprio Menocchio dos escritos de outros, o poder do leitor sobre o texto*”. (GINZBURG, In: GUNDERSEN, 2005:5). O efeito produzido pelo texto sobre seu receptor, seja individual, seja coletivo, decorre de um conjunto de instruções emanadas pelo texto e executadas de modo passivo ou criativo pelo leitor. Ginzburg declara considerar “irônico” o fato de a relação do livro com seus leitores/receptores apresentar exatamente o mesmo processo de passar por “diferentes usos, translações e interpretações” que foram estudadas por ele, enquanto historiador, especificadamente, no caso Menocchio.

Carlo Ginzburg diz-se perplexo por seu livro poder ter sido lido por públicos tão diferentes e que se encontrava despreparado para tão múltiplas e díspares recepções. Mas nos adverte que nem todas essas leituras são possíveis, “[...] pois o texto dispõe de determinados mecanismos que favorecem umas e impedem outras.” (SERNA, Justo & PONS, Anaclet. 2002, p. 94-102). Dentre as múltiplas leituras, uma em particular incomoda ao autor: é a que interpreta *O queijo e os vermes* como um livro pós-moderno. Embora afirme concordar com a base anti-autoritária da crítica pós-moderna, ou seja, aquela que ajudou a demonstrar que muitas das “verdades” históricas são construtos; que podemos aceitar novas explicações de um dado fenômeno histórico como possíveis,

visto que os enunciados científicos estão sempre abertos à refutação, portanto, provisórios; que os enunciados históricos pertencem ao campo da probabilidade, não significa que adere à posição relativista – que considera ser a marca dos pós-modernistas.

Entre os especialistas, Rosário Romeo acusa *Ginzburg de ser produto de um pastiche populista-erudito que pouco tem a ver com a cultura*” (GINZBURG, 2000: p. 8); Perry Anderson aponta a indefinição do contexto socioeconômico no qual se desenrolara o episódio de Menocchio: “*ficamos sabendo muito pouco [...] sobre a vida da aldeia que abrigava Menocchio ou os inquisidores que o interrogaram*” (ANDERSON, s/d, p. 87). Giovanni Levi acusa-o de ser um livro demasiado individualista, por não ter tratado, por exemplo, da relação do personagem com sua família ou se a paixão que tinha pelos livros era compartilhada com outros; considera que a obra é produto da simpatia de Carlo Ginzburg por um personagem secundário. Eduardo Grendi lamenta o fato de o autor ter-se limitado a contextualizar ‘culturalmente’ Menocchio, deixando de interrogar a rede de relações pessoais que os seus próprios depoimentos permitiam antever. Henrique Espada Lima (2006: p. 329) observa a tensão nesta obra de Carlo Ginzburg no que diz respeito a “*uma escolha prático-operativa que o levava a delimitar a cultura camponesa como um objeto de contornos relativamente definidos e homogêneos*”, (ESPADA LIMA, 2006: p 330), ou seja, uma ambiguidade na maneira de tratar o problema entre o particular e o geral. John Elliott critica *O queijo e os vermes* por ele ter encorajado a atomização do passado.

Em que pese a fértil característica polissêmica de *O queijo e os vermes*, dentre seu uso para diferentes propósitos destaca-se aquele desencadeado pela empatia com o personagem por seu heroísmo. Como visto por Renato Janine Ribeiro (*QV*, 1987: p. 235): “*Menocchio é um herói, ou mártir da palavra*”, ou Sabina Loriga (1998: p. 244): “*Menocchio ainda deixa transparecer alguns sinais de heroísmo*”. Decerto, o elemento que posso apontar como unívoco está colocado por sobre um projeto no qual investiu o autor e foi apontado com clareza pelo historiador Hernán Sargentini (2003, p. 120): a história de Menocchio se inscreve numa incursão que transita pelos aspectos exploratórios dos planos epistemológico e ético-político do conhecimento histórico.

Na interseção entre o ato de ler e o ato de narrar, Paul Ricoeur aponta a existência do que chama de *narrética*, que une a iniciativa ética e a identidade

narrativa, já que o mundo contado pela narração é o mundo vivido, onde agir é agir com outros. Nesta acepção, vemos que a compreensão narrativa e a compreensão prática abarcam uma relação de pressupostos e de transformação: a memória do passado, a atenção do presente e a expectativa do futuro constituem esses pressupostos do narrar e seguir uma história. Segundo Paul Ricoeur, a teoria da leitura adverte-nos sobre isto: a estratégia de persuasão fomentada pelo narrador visa dispor ao leitor uma visão do mundo que nunca é eticamente neutra, mas de preferência induz, implícita ou explicitamente, uma nova avaliação do mundo e do próprio leitor. Assim sendo, a narrativa já pertence ao campo ético em virtude da pretensão, inseparável da narração, à correção ética. O ato de leitura compreende um momento de missão: momento de responsabilidade ética. Cabe, então, ao leitor, tornado novamente agente, iniciador de ação, escolher entre as múltiplas propostas de correção ética veiculadas pela leitura: “*É no marco do testemunho onde se articula a narratividade e a moralidade*”. O termo testemunho significa o “*reconhecimento que se dá a outro que encarna e exemplifica ante meus olhos o ideal de uma vida correta*”. (SORGENTINI, 2003, p. 132).

Vemos que a operação historiográfica é construída, realizada pelo método de *questionamento às avessas* e pela *intencionalidade histórica* que possibilitarão a reconstrução analítica de rastros, vestígios ou fragmentos do passado, indicando a consciência do historiador, no que diz respeito a todas as fases da investigação como construídas e não “dadas”. O que nos leva a entender que a emergência de novos temas e relações induzem o historiador a enfrentar dimensões temporais e espaciais heterogêneas, que, “se queira ou não”, apresentam-se como problemas de “ordem narrativa”. A identidade metodológica da pesquisa - detalhada, microscópica - é o seu diferencial. Essa redução de escala de observação atinge “*a própria vivência individual*”, cuja expressão é a biografia ou o relato do acontecimento que, aliás, tem desempenhado o papel de uma experiência-limite para os micro-historiadores, para quem a escolha de um modelo heurístico (narrativo/expositivo) equivale à escolha de um modo de conhecimento.

Essa operação intelectual tem como ponto de chegada a ideia de atribuição a um indivíduo de uma identidade específica: a narrativa. O termo “identidade” é aqui compreendido, no sentido ricoeuriano, como o de uma categoria da prática biográfica, cuja função é nomear o agente de uma ação, e o faz narrando a história de sua vida: “*A*

história narrada diz o quem da ação.” Todavia, adverte-nos Paul Ricoeur, a associação intuitiva de identidade e narração deve ser submetida à crítica, pois muitos filósofos e historiadores afirmam que apresentar a vida em forma de narração é sempre uma maneira de falseá-la. A vida humana se compõe de ações discretas que não levam a nenhuma parte, que não guardam nenhuma ordem. A permanência no tempo, própria à identidade pessoal, se faz problemática e parece estar condenada à alternativa entre uma substância imutável e inacessível ao devir ou uma sucessão incoerente de acontecimentos sem fio condutor. É possível escapar a esta alternativa? - pergunta-nos Paul Ricoeur. E responde: Sim! Através do exercício historiográfico que considere as experiências antropológicas fundamentais, *“as constantes compartilhadas por toda a humanidade a partir da relação com os mortos”*. (CHARTIER, 2001, p. 168).

Para Luiz Costa Lima (2006, p.156), a incompletude das experiências antropológicas fundamentais é transcendida através de narrações historiográficas, que combinem respostas distintas, histórica e culturalmente configuradas – as formas híbridas, *“aquelas que, tendo uma primeira inscrição reconhecida, admitem, por seu tratamento específico da linguagem, uma inscrição literária”*. (COSTA LIMA, 2006, p 352). O estilo historiográfico da obra *O queijo e os vermes* se define por essa dupla inscrição: a histórica, que se caracteriza como procedimento de investigação – os hábitos de pesquisa, de tratar e de apresentar provas, postulados, afinidades intelectuais (GAY, Peter. 1990, p. 21-23) –, e a literária, que compreende a expressão comunicativa. Ele tem como parâmetro uma espécie de etapa obrigatória: o trabalho do historiador com os arquivos, com o documento e a prova documental. Por meio do documento e da prova documentária, o historiador efetiva a sua dívida de reconhecimento para com os mortos, para com o passado. Com o que Carlo Ginzburg considera um dever: “contar a verdade sobre eles.” Essa ‘verdade’ é o ‘eixo’ e o ‘horizonte’ de sua operação cognoscitiva. A autoridade do documento como fonte da memória coletiva é a sua *significância* ligada ao rastro – que indica, no presente, *“a passagem passada”* dos vivos e orienta a investigação histórica. O “rastro”, diz-nos Paul Ricoeur, é *“um dos instrumentos mais enigmáticos pelos quais a narrativa histórica ‘refigura’ o tempo”*. (RICOEUR, 1997, tomo III, p. 209). Seu valor de *efeito-signo* é atribuído quando reconstruímos *“o mundo que, hoje, nos falta por assim dizer ao redor da relíquia”*. A questão ontológica contida na noção de rastro é recoberta pela

questão epistemológica do documento, seu valor de garantia, de prova, na explicação do passado. A representância é o *modus operandis* historiográfico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. “Investigação noturna: Carlo Ginzburg”. In: *Zona de compromisso*. Fundação Editora Unesp, s/d.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da história”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 108 – 113.

CARVALHO, José Murilo de. “História intelectual no Brasil: retórica como chave de leitura. *Topoi*. Rio de Janeiro, n. 1, 1998.

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, Literatura e História: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya et al.* Porto Alegre ARTMED Editora, 2001, p. 168.

GADAMER, Hans-George. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 3 ed. Trad. De Flávio Paulo Meurer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GAY, Peter. *O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. “A História e a Micro-História: uma entrevista com Carlo Ginzburg”. Ouro Preto: *LPH. Revista de História*, 1990. Entrevista concedida a Renato Pinto Venâncio.

GINZBURG, Carlo. “No lado negro da história: uma entrevista com Carlo Ginzburg”. 10ª. reimpressão. *Eurozine*, jul. 2005. Entrevista concedida a Trygve Riiser GUNDERSEN. Trad. Maria Betânia Amoroso. Disponível em: <http://www.eurozine.com/articles/2005-07-20-ginzburg-pt.html>

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRIBAUDI, Maurizio. “Escala, pertinência, configuração”. In: REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escala: a experiência da micro-análise*. Trad. de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.

KOLLERITZ, Fernando. “Testemunho, juízo político e história. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 24, n. 48, 2004. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papyrus, 1997, tomo III, p. 209.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papirus, 1994, tomo I.

SERNA, Justo.; PONS, Anaclet. “Los viajes de Carlo Ginzburg. Entrevista sobre la Historia”. IN: *Archipiélago*, num. 47, 2002, p. 94-102. Disponível em: <http://www.uv.es/jserna/>. Acesso em 17.10.2004.

SORGENTINI, H. “Reflexión sobre la memoria y autorreflexión de la historia”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH /Humanitas Publicações, vol. 23, n. 45, 2003.